

Ata da 42ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Gestão dos Rejeitos e Segurança Ambiental

Data: 13 de março de 2020 (sexta-feira)

Horário: 9h às 17h 30min

Local: Sede da Fundação Renova – Edifício Colúmbia – Rua Ceará, nº 1566, Funcionários – Belo Horizonte

No dia 13 de março de 2020, às 10 horas e 29 minutos, iniciou-se a 42ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Gestão de Rejeitos e Segurança Ambiental (CT-GRSA), com abertura pelo coordenador e representante da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (SEMAD/MG), Gilberto Fialho Moreira, que deu prosseguimento a pauta, conforme relatado a seguir. A reunião ocorreu Sede da Fundação Renova localizada no Edifício Colúmbia – Rua Ceará, nº 1566, Funcionários – Belo Horizonte. Os participantes constam da lista de presença anexa. Esta ata contém o resumo dos assuntos pautados previamente e dos principais debates ocorridos, conforme previsto no Art. 19 da Deliberação 7 do Comitê Interfederativo. O evento foi gravado e está disponível na íntegra em mídia digital para consultas de eventuais interessados.

1. Informes Gerais:

A reunião iniciou com rodada de apresentações. Por videoconferência estavam presentes o Sr. Ramon Lopes representante da EY, o Sr. Guilherme Diniz representante da EY, a Sra. Lirriet Libório representante do CBH-Doce e o Sr. Givanildo Rodrigues representante da Fundação Renova. O Sr. Sebastião Oliveira, representante do MPF/Lactec informou sobre a recomendação em evitar trabalhos presenciais e em grupo, especialmente as pessoas mais idosas, por causa da proliferação do coronavírus. A coordenação informou a possibilidade de participar das reuniões de CT-GRSA por videoconferência. Houve aprovação da ata da 41ª Reunião Ordinária da CT-GRSA, com objeção do Sr. Sebastião Oliveira reforçando que é representante o MPF pela Lactec.

A Sra. Úrsula Carneiro representante da Fundação Renova, informou que ainda aguarda da CT-GRSA a definição de quem seria o responsável por fiscalizar os barramentos e por emitir a declaração de competência. Sr. Sebastião Oliveira considerou que essa definição é de extrema importância.

O Sr. Gilberto Moreira, coordenador da CT-GRSA informou que não houve reuniões gerenciais entre 41ª e 42ª Reunião Ordinária da CT-GRSA e que há uma reunião prevista para o dia 13/abril para tratativas do PMR dos trechos 13 e 14. Informou também que a licença ambiental do projeto de revitalização da Cachoeira Camargos foi emitida e as obras foram iniciadas em março de 2020.

2. Avaliação do Relatório de Análises Químicas e Morfológicas – Barra Longa

A Sra. Amanda Noronha, representante da FEAM apresentou o relatório técnico de análises químicas e morfológicas da qualidade do ar em Barra Longa para os períodos de julho/17 a dezembro/17 e janeiro/18 a agosto/18, com a perspectiva de verificar especificamente a caracterização química e morfológica das partículas inaláveis (PM10) provenientes de fontes emissoras e coletadas nas estações de monitoramento da qualidade do ar instaladas em Barra Longa (receptores), a participação das fontes emissoras caracterizadas quimicamente na qualidade do ar das áreas afetadas pelo evento e que foram identificadas por meio de Balanço Químico de Massa e o grau de risco à saúde da população a partir das características químicas e morfológicas e das concentrações de partículas nos receptores.

Posteriormente, detalhou o fluxograma simplificado da metodologia utilizada, os gráficos com resultados de cada estação e os resultados da contribuição percentual das fontes emissoras nos pontos receptores analisados através da Modelagem CMB considerando o material não afetado por rejeito e o material afetado por rejeito que apresenta como conclusão que a medida que as obras vão acabando a qualidade do ar se restaura mantendo as características do local.

Apresentou a evolução das concentrações diárias de PM10 e contribuição das fontes emissoras resultante da modelagem CMB – Receptor estação de monitoramento de qualidade do ar Barra Longa Centro e Volta da Capela em 2017 e Barra Longa Centro e Volta da Capela em 2018. Considerou que a contribuição por outras fontes tem crescido e que a medida que as obras acabarem a qualidade do ar irá restaurar.

Informou que foram detectados os elementos Al, Si e Fe com maior frequência de ocorrência em todas as amostras analisadas, a maioria das partículas analisadas possuem diâmetro circular equivalente menor que 3 µm. Informou

também que o resultado mostra que os elementos selecionados (Al, Si, Fe, Mn, Ni, Cu, Zn, Pb e Cd) estão presentes na maior parte das partículas das diferentes amostras com concentrações inferiores a 15%, sendo que o Fe foi o elemento que apresentou maior variação na concentração detectada nas partículas, variando de concentrações baixas (0,4%) ao elemento praticamente puro (partícula com concentração de Fe próxima a 100%). E quanto à distribuição de frequência das partículas em cada faixa de razão de aspecto para cada elemento químico, indica uma tendência das partículas a um formato mais circular/quadrado, do que alongado.

Informou que para que os resultados que permitissem concluir sobre a existência ou não de efeitos nocivos à saúde foram analisados limites de risco mínimo que é definido como uma estimativa da exposição humana diária a uma substância que provavelmente não tem risco apreciável de efeitos adversos durante uma duração específica de exposição para um determinada rota de exposição. Relatou que os limites de referência identificados foram comparados com as concentrações dos elementos estimadas considerando a maior fração mássica observada dentre as amostras (obtidas pelo método PIXE), com a maior concentração do poluente PM10 obtida pelo monitoramento da qualidade do ar (Estações Barra Longa e Volta da Capela) e por isso foram selecionados 10 (dez) elementos químicos levando em consideração sua abundância e toxicidade para a saúde humana, conforme as análises químicas das amostras coletadas nos pontos receptores, realizadas com PIXE, sendo eles o Fe, Si, Al, Mn, Zn, Cu, Pb, Ni, As e Cd. Posteriormente, detalhou os resultados.

No que se refere às análises químicas e morfológicas das amostras analisadas pelo método PIXE e MEV/EDX, verificou-se que os elementos químicos mais abundantes nas amostras de fontes emissoras, para ambos os períodos, foram Fe, Si e Al, além de Ca para o ano de 2018. Nas amostras dos pontos receptores, os elementos com maior relevância para 2017/2018 foram Fe, Si, Al, S. Em relação ao CMB, em 2017 foi possível observar um decréscimo da contribuição do material afetado pelo rejeito para as concentrações de PM10 (relação com a redução das atividades e meteorologia). Além da contribuição de outras fontes e em 2018, houve contribuição do material afetado pelo rejeito para as concentrações de material particulado presente no ar e que quase não houve variação entre os diferentes períodos de amostragem. Ainda, o percentual referente à contribuição das outras fontes emissoras apresentou-se relevante para os dois receptores (retorno às condições naturais).

Em relação a avaliação na saúde concluiu-se que tanto para julho a dezembro de 2017 quanto para janeiro a agosto de 2018, para a grande parte dos elementos selecionados, considerando os valores de referência analisados e as concentrações observadas, não há indícios de potencial risco à saúde da população. Entretanto, para o elemento Fe, as concentrações observadas tendem a ultrapassar ao único limite de referência identificado (Government of Ontario, 2019). Ressaltou-se também que o estudo não trouxe referência para o elemento Si, também bastante abundante, ainda que existisse limites de tolerância (LT) para fins de insalubridade ocupacional (para sílica), definidos no Brasil pelo Ministério do Trabalho, que pudessem servir como base para avaliação. Houve questionamento sobre a realização de estudos epidemiológicos ou exames para identificação de concentrações elevadas de componentes.

Encaminhamento 42.1: A Fundação Renova informará se houve realização de estudos epidemiológicos ou exames para identificação de alterações da saúde humana devido a presença de componentes químicos no rejeito/sedimentos. Prazo: 43ª RO da CT-GRSA.

3. Ações da Fundação Renova no período chuvoso 2019/2020

O Sr. Bruno Marques, representante da Fundação Renova relatou ações emergenciais do período chuvoso em MG tem o objetivo de disponibilizar maquinário, como recursos compensatórios, necessários para atendimento emergencial aos municípios localizados na área de atuação da Fundação Renova e que estão sendo fortemente impactados pelas chuvas. Informou que as demandas chegaram a Fundação Renova no dia 4 de fevereiro e que em parceria com o Governo do Estado foram definidas algumas premissas, como: aprovação do Conselho Curador, aprovação do CIF como recurso compensatório, mobilização de 20 dias após aprovação do CIF, utilização de novas máquinas, não paralisação das máquinas nas obras da Fundação Renova, limite orçamentário de R\$ 5MM, necessidade de priorização para adequação do orçamento (custo inicial estimado, a partir da demanda encaminhada pelo Fórum de Prefeitos e Governo de Minas Gerais, em R\$ 13MM). Posteriormente, apresentou o agrupamento de municípios por região geográfica e as máquinas definidas para cada um e reforçou que os municípios listados foram os que apresentaram demanda ao Governo de Minas, o qual repassou a Fundação Renova.

O Sr. Antônio Carlos, representante da Comissão de Atingidos de Santa Cruz do Escalvado relatou que quando os recursos forem repassados ao município, eles serão utilizados em áreas que não foram atingidas. O Sr. Bruno Marques esclareceu que foi solicitado ao município detalhamento de onde os maquinários serão utilizados para que haja total transparência no processo. O Sr. Marcelo Micherif, representante da Fundação Renova reforçou que não serão repassados valores aos municípios e será feita somente a disponibilização de maquinário. O Sr. Bruno Marques reforçou que a opção dos maquinários pode ser alterada de acordo com a necessidade de cada município e que as informações apresentadas estão ligadas ao período chuvoso de 2020. Após questionamentos sobre ações realizadas para o Estado do Espírito Santo, O Sr. Bruno Marques informou que todas as demandas chegaram dos Governos dos Estados e que o Espírito Santo ainda não havia se manifestado. Nesse sentido, o Sr. Thales Altoé, representante do IEMA solicitou registro de que a apresentação foi feita de forma parcial. A Sra. Priscila Cordts, representante da Fundação Renova esclareceu que a Fundação Renova não realizou nada que não estivesse dentro do Plano de Ações para o Período Chuvoso que engloba o risco de desabastecimento de água, risco aos peixes, risco aos animais e o risco de cheias. Reforçou que com exceção das demandas de MG, não houve nenhuma outra ação que não estivesse contemplada no plano.

4. Apresentação do cronograma de coletas do GT Baixo Doce e Informes Gerais

A Sra. Melina Alencar, representante da Fundação Renova apresentou a delimitação da área da região deltaica e informou que a definição dos pontos de amostragem foi feita junto com o GT-Baixo Doce. Relatou que a realização de estudos na região da planície costeira e deltaica do Rio Doce, tem o objetivo de diagnosticar impactos e que todo o escopo para realização deles está descrito na Deliberação n.º165 do CIF e Nota Técnica CTGRSA nº 05/2019.

Relatou que serão feitas análises físico-químicas de água superficial, sedimentos e solos em 32 pontos de amostragem e que no 1º ano há uma frequência trimestral, com possível reavaliação para o 2º ano e informou que a 1ª campanha foi concluída em dezembro/19 e a 2ª campanha será realizada em março de 2020. Posteriormente, apresentou o cronograma de coleta com definição de pontos a serem feitos por dia, iniciando no dia 23/março e finalizando no dia 03/abril e que os pontos localizados em Degredo, serão feitos com acompanhamento dos técnicos IEMA. A Sra. Melina Alencar esclareceu que os pontos que serão analisados em São Mateus e Itaúnas, em atendimento a solicitação feita pelo Sr. Carlos, representante da Comissão de Atingidos de São Mateus durante a 41ª RO da CT-GRSA.

5. Apresentação do CMU (Concentrador Mineral Universal), alternativa para retirada do rejeito do Lago da UHE Risoleta Neves (Candonga)

O Sr. Djalma Nere, representante da Companhia de Beneficiamento Mineral apresentou a equipe de gestão da empresa e detalhes da tecnologia denominada Concentrador Mineral Universal para aproveitamento do rejeito depositado no reservatório de Candonga. Após questionamento, informou que o material depositado no reservatório ainda não foi caracterizado em termos de % de ferro, % de sílica e % dos demais componentes. O Sr. Gilberto Moreira, coordenador da CT-GRSA relatou que no PMR do Trecho 12 contém a caracterização do material contido no reservatório e que enviará à Companhia de Beneficiamento Mineral (CBM).

O Sr. Djalma Nere, representante da Companhia de Beneficiamento Mineral informou que não é possível apresentar o valor operacional sem saber a característica do material. O Sr. Antônio Carlos, representante da Comissão de Atingidos de Santa Cruz do Escalvado fez apelo para reconhecimento dessa tecnologia e informou que está discutindo com a SUPPRI/SEMAD a possibilidade de que este aproveitamento dos rejeitos remanescentes no reservatório de Candonga seja inserido como condicionante do EIA/RIMA. O Sr. Sebastião Oliveira, representante do MPF/Lactec achou extremamente interesse que o processo apresentado diminui o volume do rejeito e a quantidade de água presente nele e solicitou atenção da Fundação Renova em relação a essa tecnologia, analisando a viabilidade ambiental e econômica.

O Sr. João Castanheira, representante da Companhia de Beneficiamento Mineral informou que estão à disposição para discussão técnica e apresentou a composição da diretoria e do conselho de administração da Companhia de Beneficiamento Mineral (CBM), dos quais fazem parte ex-colaboradores Vale.

O Sr. Antônio Carlos, representante da Comissão de Atingidos de Santa Cruz do Escalvado relatou que não houve participação dos atingidos durante a elaboração do EIA/RIMA e informou que a tecnologia do Concentrador Mineral Universal apresentada será levada ao MPF. A Sra. Mariana Welter, representante da Fundação Renova informou que a Fundação Renova não se posicionaria durante a reunião, por não ter conhecimento prévio sobre a tecnologia detalhada.

Após questionamentos sobre incluir este estudo dentro do EIA/RIMA, Sra. Mariana Welter considerou que o EIA/RIMA está concluído e por questões de forma ele não teve o mérito analisado e que uma nova alternativa levaria a necessidade de mudança total do estudo. Considerou também que é o primeiro contato da Fundação Renova com a tecnologia e que é necessário discutir. O Sr. Antônio Carlos, representante da Comissão de Atingidos de Santa Cruz do Escalvado voltou a afirmar que não houve participação dos atingidos durante o processo de licenciamento. Nesse sentido, a Sra. Mariana Welter informou que o processo de licenciamento prevê audiência pública e que nesse momento poderá haver participação deles.

Posteriormente, houve amplo debate sobre as tratativas que seriam dadas após a apresentação.

Encaminhamento 42.2: A CT-GRSA enviará à Companhia de Beneficiamento Mineral (CBM) o documento referente ao PMR do Trecho 12, que contém a caracterização do material contido no reservatório.

Encaminhamento 42.3: Após entrega do documento e análise das informações, a CBM entrará em contato com a Fundação Renova para agendamento de reunião para discussão técnica.

6. Informações e status da Ação Civil Pública - ACP (Processo judicial 0069758-61.2015.4.01.3400):

A Sra. Mariana Welter, representante da Fundação Renova apresentou contextualização sobre a ACP e detalhou linha do tempo, destacando que no dia 06/08/2019 foi proferida decisão que designou audiências para os dias 11/09/2019 e 19/09/2019, após o protocolo de petições pela AGE/MG (Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais) e AGU (Advocacia Geral da União) a respeito do processo de reparação conduzido pela Fundação Renova, nos dias 11/09/2019 e 19/09/2019 foram realizadas audiências para tratar de (i) temas constantes nas petições da AGE/MG e da AGU; (ii) contratação das assessorias técnicas aos atingidos e os incidentes processuais e (iii) representação judicial do CIF pela AGU, no dia 15/10/2019 foi realizada audiência que homologou o cronograma de ações apresentado pelo MPMG e designou nova audiência em 11.12.2019, na qual deverão ser apresentados eixos temáticos definidos como prioritários para discussão em juízo, eventuais acordos (pontos de convergência) e pontos controversos entre as partes, no dia 11/12/2019 foi realizada audiência, sendo determinado que: (i) que as empresas se manifestem sobre planilha de consenso apresentada pelo MPMG (Ministério Público de Minas Gerais) e redação definitiva sobre cláusula geral até às 18h do dia 19/12/2019 e (ii) mantido prazo até às 18h do dia 19/12/2019 para que os Autores possam apresentar novos documentos e complementações, no dia 12/12/2019 foi protocolada petição pelos MPs (Ministérios Públicos), CIF (Comitê Interfederativo) e DPs, manifestando-se acerca dos eixos temáticos, no dia 19/12/2019 foi protocolada petição conjunta pelas empresas, manifestando-se acerca dos dissensos aos eixos temáticos e petição pela Samarco, em resposta as manifestações dos Autores quanto ao tema Cadastro. Em seguida, foi proferida decisão, (i) homologando parcialmente a planilha de consenso; (ii) concedendo ao CIF prazo de 20 dias para apresentar considerações sobre ações da Fundação Renova e (iii) fixando termos da cláusula geral de isenção de responsabilidade e no dia 07/01/2020 foi (i) Proferido despacho, concedendo prazo às empresas até dia 13/01/2020, para se manifestem sobre Eixos 3, 4 e 5. (ii) Na mesma data, foi proferido outro despacho determinando a abertura de um PJe (Processo Judicial eletrônico) específico para cada eixo prioritário, vinculado às ACPs 20 Bi e 155 Bi.

Informou que a CT-GRSA está envolvida em 3 eixos, sendo: eixo prioritário 1 - Recuperação ambiental extra e intra calha, eixo prioritário 4 - Infraestrutura e Desenvolvimento e eixo prioritário 5 - Retorno operacional da Hidrelétrica Risoleta Neves. Relatou que quem solicitou que a discussão fosse feita a partir de eixos prioritários foi a AGU e AGE/MG e proferiu leitura de parte da decisão que diz que a apresentação em juízo dos eixos prioritários foi exatamente a adoção de uma nova dinâmica decisória, um rito judicial específico, com o destacamento e retirada dos referidos eixos do fluxo normal do Sistema CIF para que tivessem tratamento direto e imediato na instância judicial e que relata que para os eixos prioritários, retirados do fluxo normal estabelecido no TTAC e TAC-Gov, cumprirá ao Sistema CIF se adequar para cumprir os prazos judiciais fixados e colaborar com a instrução processual, permitindo agilidade e qualidade do processo decisório judicial.

Informou que a o CIF deverá informar ao Juízo da 12ª Vara se os esclarecimentos/documentos encaminhados pela Fundação em cumprimento aos itens acordados são suficientes e contemplam o solicitado e a 12ª Vara será responsável pela análise, tomada de decisão, deliberação, gestão e supervisão de todos os temas contidos nos eixos prioritários (seja de consenso ou dissenso). Relatou que a partir do protocolo pela Fundação Renova dos encaminhamentos referentes aos eixos prioritários constantes na decisão judicial, a Presidência do CIF designará, dentre os membros e suplentes do Comitê, relator para emissão de considerações de ordem fática, técnica e/ou jurídica sobre os respectivos estudos,

avaliações, projetos, relatórios, cronogramas, propostas, conclusões, planos de ação e planos de execução apresentados pela Fundação Renova, no prazo, máximo de até 15 (quinze) dias úteis a contar do protocolo ou da data da decisão judicial.

Houve amplo debate sobre a necessidade de apresentação das informações dos programas na Câmara Técnica, com discordância da CT-GRSA quando a Fundação Renova declara que as informações não poderão ser trazidas a CT.

Encaminhamento 42.4: A CT-GRSA deverá solicitar ao CIF esclarecimentos sobre o fluxo definido para acompanhamento dos assuntos incluídos no eixo prioritário. Prazo: 15 dias.

O Sr. Antônio Carlos, representante da Comissão de Atingidos de Santa Cruz do Escalvado solicitou registro de que não houve participação dos atingidos durante a elaboração do EIA/RIMA e que o representante da AECOM não ouviu os atingidos.

7. Encaminhamentos:

Item	Ação	Prazo	Ação Interna ou Externa?	Responsável
42.1	Informar a CT-GRSA se houve realização de estudos epidemiológicos ou exames para identificação de alterações da saúde humana devido a presença de componentes químicos no rejeito/sedimentos	43ª RO da CT-GRSA	Externo	Eunice Camara/Fundação Renova
42.2	Enviar à Companhia de Beneficiamento Mineral (CBM) o documento referente ao PMR do Trecho 12, que contém a caracterização do material contido no reservatório	-	Interno	Coordenação CT-GRSA
42.3	Após entrega do documento e análise das informações, entrar em contato com a Fundação Renova para agendamento de reunião para discussão técnica.	-	Externo	Djalma Nere/CBM
42.4	Solicitar ao CIF esclarecimentos sobre o fluxo definido para acompanhamento dos assuntos incluídos no eixo prioritário	15 dias	Interno	Coordenação CT-GRSA

Ata validada na 43ª Reunião Ordinária da CT-GRSA

Gilberto Fialho Moreira
Coordenador CT-GRSA